

DOI: <https://doi.org/10.30612/frh.v27i49.19651>

A gênese e publicação do livro *Lamarca, o capitão da guerrilha* (1980) nas memórias de Emiliano José

The genesis and publication of the book *Lamarca, the guerrilla captain* (1980) in the memoirs of Emiliano José

La génesis y publicación del libro *Lamarca, el capitán guerrillero* (1980) en las memorias de Emiliano José

Edson Silva

Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS) da UESB
edisomsilva@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-6250-287X>

José Alves Dias

Doutor em História pela UFRJ
Professor Titular na UESB
jose.dias@uesb.edu.br
<https://orcid.org/0000-0003-2236-9354>

Resumo

O objetivo principal deste artigo é apresentar e analisar as memórias de Emiliano José, jornalista, professor, político e ex-militante de oposição à ditadura no Brasil (1964–1985), obtidas a partir de uma entrevista concedida por ele em dezembro de 2022. Nessa entrevista, o autor busca reconstruir, a partir de suas recordações, o processo de elaboração e publicação da obra *Lamarca, o capitão da guerrilha*, lançada em 1980, ainda sob o regime ditatorial. Em termos teórico-metodológicos, o trabalho fundamenta-se nas perspectivas de uma história a contrapelo, de Walter Benjamin (1994), e nas concepções de memória elaboradas por Maurice Halbwachs (2003), especialmente no que se refere ao conceito de memória coletiva; por Michael Pollak (1989), com as noções de memória subterrânea e a ênfase na dimensão conflituosa dos processos de rememoração; e por Elizabeth Jelin (2012), com seu conceito de empreendedores da memória. Defende-se a ideia de que a publicação da obra *Lamarca, o capitão da guerrilha* (1980) evocou uma memória subterrânea, contrapondo-se ao silenciamento e ao esquecimento impostos pela ditadura civil-militar em torno da figura de Carlos Lamarca, assassinado em setembro de 1971 por agentes da repressão política.

Palavras-chave: ditadura civil-militar; silenciamento; esquecimento; rememoração.

Abstract

The main objective of this article is to present and analyze the memories of Emiliano José, journalist, professor, politician and former opposition activist to the dictatorship in Brazil (1964–1985), obtained from an interview he gave in December 2022. In this interview, the author seeks to reconstruct, based on his memories, the process of elaboration and publication of the work *Lamarca, the Guerrilla Captain*, launched in 1980, still under the dictatorial regime. In theoretical and methodological terms, this work is based on Walter Benjamin's (1994) perspective on history against the grain, and on the concepts of memory developed by Maurice Halbwachs (2003), especially regarding the concept of collective memory; by Michael Pollak (1989), with the notions of subterranean memory and the emphasis on the conflictual dimension of remembrance processes; and by Elizabeth Jelin (2012), with her concept of memory entrepreneurs. The article argues that the publication of *Lamarca, the Guerrilla Captain* (1980) evoked a subterranean memory, countering the silencing and oblivion imposed by the civil-military dictatorship on the figure of Carlos Lamarca, assassinated in September 1971 by agents of political repression.

Keywords: civil-military dictatorship; silencing; forgetfulness; remembrance.

Resumen

El objetivo principal de este artículo es presentar y analizar las memorias de Emiliano José, periodista, profesor, político y ex activista de la oposición a la dictadura en Brasil (1964-1985), obtenidas a partir de una entrevista que concedió en diciembre de 2022. En esta entrevista, el autor busca reconstruir, a partir de sus memorias, el proceso de elaboración y publicación de la obra *Lamarca, el capitán guerrillero*, lanzada en 1980,

todavía bajo el régimen dictatorial. En términos teóricos y metodológicos, este trabajo se basa en la perspectiva de Walter Benjamin (1994) sobre la historia a contracorriente, y en los conceptos de memoria desarrollados por Maurice Halbwachs (2003), especialmente en relación con el concepto de memoria colectiva; por Michael Pollak (1989), con las nociones de memoria subterránea y el énfasis en la dimensión conflictiva de los procesos de rememoración; y por Elizabeth Jelin (2012), con su concepto de emprendedores de la memoria. El artículo argumenta que la publicación de *Lamarca, el capitán guerrillero* (1980) evocó una memoria subterránea, contrarrestando el silenciamiento y el olvido impuestos por la dictadura cívico-militar sobre la figura de Carlos Lamarca, asesinado en septiembre de 1971 por agentes de la represión política.

Palabras clave: dictadura cívico-militar; silenciamiento; olvido; recuerdo.

1. INTRODUÇÃO

Durante a vigência da ditadura civil-militar¹ no Brasil (1964-1985), as memórias dos opositores ao regime foram submetidas a um sistemático processo de silenciamento, decorrente da censura oficial, da intimidação e do clima de terror promovido pelos órgãos de vigilância e repressão política em suas ações tanto oficiais quanto clandestinas. No espaço público, os militantes políticos de oposição eram representados pelos governos ditatoriais sob a pejorativa designação de “terroristas”, “subversivos”, “comunistas” ou “bandidos perigosos”, conforme os parâmetros conceituais estabelecidos pela Doutrina de Segurança Nacional² (Moreira Alves, 2005; Comblin, 1978). Desse modo, essas memórias foram silenciadas, negadas, excluídas e permaneceram clandestinas, fazendo com que muitos fatos fossem mantidos na invisibilidade e no desconhecimento da sociedade.

Destaca-se também como parte de uma narrativa oficial o recorrente uso da propaganda política estatal pelos militares no poder do Estado, a partir da criação de uma agência estrategicamente dedicada a promover a imagem dos governos. Nesse sentido, foi instituída, em 1968, a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), responsável por articular e promover campanhas oficiais de enaltecimento dos governos militares, exaltando uma imagem ufanista e positiva do país e difundindo, nos meios de comunicação, a ideia de um “Brasil grande” (Fico, 1997).³ Por outro

¹ O termo “ditadura civil-militar” tem sido utilizado por estudiosos nas últimas décadas para se referir ao período autoritário no Brasil. No entanto, seu uso ainda é objeto de controvérsia e debate na historiografia. Neste trabalho, ao adotarmos essa expressão, partimos do entendimento de que o regime não se sustentou exclusivamente pelo poder militar, embora os militares ocupassem posições de liderança no governo e nas instituições estatais. Destaca-se, portanto, a participação ativa de setores civis tanto no golpe que instaurou a ditadura quanto na sustentação do regime ao longo do tempo, seja de maneira explícita ou nos bastidores do poder. Entre esses atores civis, é possível identificar, no campo político, figuras como governadores, prefeitos, vereadores, deputados, ministros e servidores da burocracia estatal; e, no campo empresarial, banqueiros, fazendeiros, latifundiários, empresários nacionais e estrangeiros, além de corporações multinacionais de diversos setores econômicos.

² Em seus aspectos centrais, a Doutrina de Segurança Nacional preconizava a existência de uma ameaça comunista, o chamado “perigo vermelho”, representada pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), além da emergência de um novo tipo de guerra: uma guerra de natureza ideológica, manifestada por meio da atuação de grupos internos, identificados como movimentos subversivos. Entendia-se, ainda, que o Brasil deveria integrar o bloco geopolítico ocidental, o qual cultuava valores como a democracia, a liberdade e a religião cristã.

³ Notadamente, a AERP ganhou destaque como órgão de propaganda política durante o governo do presidente-ditador Emílio Garrastazu Médici (1969-1974).

lado, atuava a censura federal, com o objetivo de impedir a livre circulação de informações e manifestações de oposição, cerceando jornais, bem como a produção intelectual, literária, cinematográfica, televisiva e musical (Fico, 2001).

O sociólogo francês Maurice Halbwachs (2003) elaborou o conceito de memória coletiva, para definir aquela memória comum a um grupo, baseado no sentimento de pertencimento e de distinção, e concebeu o processo de rememoração como uma construção social, e não como um gesto meramente individual. Por sua vez, o sociólogo e historiador Michel Pollak (1989), reconheceu o caráter problemático da memória. Em particular, ele ressaltou o papel das “memórias subterrâneas” ou clandestinas, que emergem em contraposição à memória oficial e dominante. Antes silenciadas ou relegadas ao esquecimento, as “memórias subterrâneas” podem ressurgir em um momento oportuno, provocando conflitos e embates:

O problema que se coloca a longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do “não-dito” à contestação e à reivindicação; o problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização. Para que emerga nos discursos políticos que possam constituir uma memória nacional, um intenso trabalho de organização é indispensável para superar a simples “montagem” ideológica, por definição precária e frágil (Pollak, 1989, p. 9).

Portanto, apesar do silenciamento e da interdição das memórias dos opositores políticos durante ditaduras e regimes autoritários, essas memórias resistiram ao silêncio, sendo preservadas por meio de laços afetivos nas relações familiares, nos círculos de amizade e nas redes de solidariedade política. Dessa forma, permaneceram latentes, transmitidas oralmente e restritas aos espaços privados, configurando-se como “memórias subterrâneas”, conforme a definição de Pollak (1989). Todavia, à medida que surgiram novas oportunidades e se estabeleciam outras configurações políticas, essas memórias emergiram e ganharam visibilidade, estabelecendo uma relação de conflito e confronto com a memória e a ideologia oficial.

No que tange às memórias dos opositores políticos do período da ditadura no Brasil, estas ressurgiram no ocaso do regime autoritário (entre o final da década de 1970 e meados dos anos 1980), rompendo com o silêncio imposto e contrapondo-se à memória oficial construída pelos governos militares. Devemos observar ainda que as publicações vieram à tona e foram possíveis no curso da revogação do Ato Institucional Número 5 (AI-5) (1978), da aprovação da controversa Lei de Anistia (1979), do retorno dos exilados políticos ao país (1979/1980) e demais medidas do processo de abertura política e distensão da ditadura, movimento controlado pelos militares no governo e qualificado como “lenta, gradual e restrita”, sucedido durante as presidências dos ditadores: general Ernesto Geisel (1974-1979) e general João Batista Figueiredo (1979-85).

O estudo da memória, a partir de uma perspectiva histórica, não pode deixar de atentar para as condições de emergência da rememoração, as relações de poder envolvidas em determinadas conjunturas e os conflitos sociais nelas implicados. De acordo com a análise do historiador francês Jacques Le Goff:

Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva (Le Goff, 2003, p. 422).

Deste modo, ao abordarmos a memória relacionada aos crimes da repressão política durante a ditadura civil-militar é fundamental considerar as diversas tentativas empreendidas pelos governos ditatoriais para impor o silêncio e promover o esquecimento. As reivindicações das vítimas de tortura, assim como as dos familiares de mortos e desaparecidos políticos desde o fim da ditadura (1985), foram ignoradas pelos agentes do Estado brasileiro, configurando um problema não resolvido pela sociedade.

Essa situação corresponde ao que Paul Ricoeur (2007) conceituou como uma “memória impedida”⁴, distinguindo-a como consequência de traumas coletivos ou

⁴ A proposta de Paul Ricoeur consiste em refletir a partir da noção de “memória impedida”, analisando sua incidência na memória coletiva e na história. Em suas palavras: “pode-se falar em traumatismos

de abusos de esquecimento: “É nesse nível e desse ponto de vista que se pode legitimamente falar em memória ferida, e até mesmo enferma. Isso é atestado por expressões correntes como traumatismo, ferimento, cicatrizes etc.” (Ricoeur, 2007, p. 83). De forma particular, compreendem-se aqui as memórias de ex-presos políticos da ditadura no Brasil, daqueles que sofreram nos cárceres e nas práticas de tortura, ou amargaram anos de exílio, bem como as memórias de amigos e familiares de pessoas assassinadas por motivações políticas ou vítimas de desaparecimentos forçados.

A respeito daqueles anos de autoritarismo, emergiu uma produção e várias publicações de memórias, antes silenciadas e negadas, produzidas por parte dos sobreviventes das ações de repressão, ex-presos e exilados políticos. Naquele momento de emergência da memória dos opositores políticos da ditadura, travaram-se disputas e conflitos em torno dela. A socióloga argentina Elizabeth Jelin, na sua obra *Los trabajos de la memoria* (2012), cunhou o conceito de “empreendedores da memória” para qualificar a atividade de luta, de reivindicação, mobilização e agenciamento da visibilidade de memórias desenvolvidas por sujeitos ou coletivos, sobretudo das recordações relativas a situações passadas em que elas foram silenciadas, censuradas, interditas e ocultadas:

Sus frentes de demandas y luchas varían. Pueden intentar influir y cambiar el sentido y el contenido de la “historia oficial” o dominante sobre um período con el fin de eliminar distorsiones históricas o hacer públicos y legítimos los relatos que habían estado em las “catacumbas”, ocultos, censurados y silenciados. Pueden buscar reivindicaciones y reparaciones materiales, centrados en su lugar de víctimas de danos que el Estado debe reconocer y frente a las cuales debe asumir sua responsabilidad. Pueden buscar comunidades de pertenencia y contención personal em grupos de pares. Pueden elaborar rituales, participar em conmemoraciones, o reclamar marcas simbólicas de reconocimiento en memoriales, monumentos o museos (Jelin, 2012, p. 81).

No sentido apontado, os “empreendedores da memória” atuam mobilizando forças no intuito de criar uma visibilidade do que foi silenciado ou do que se tentou

coletivos e em feridas da memória coletiva, não apenas em um sentido analógico, mas nos termos de uma análise direta” (Ricoeur, 2007, p. 92).

fazer esquecer, promovendo no debate público uma evocação de memórias e demandando sua legitimidade diante da sociedade. No tocante ao Brasil, vale ressaltar o bom desempenho das entidades de direitos humanos, como o “Grupo Tortura Nunca Mais” criado em 1985⁵; a entidade desempenhou um papel no sentido de agenciar para a esfera pública as memórias e narrativas de vítimas de torturas e dos familiares dos perseguidos políticos e mortos pela ditadura civil-militar. Para além da organização mencionada, que atuou na luta pela memória das vítimas da repressão da ditadura, exigindo justiça e reparação, ex-presos políticos, por meio de livros de memória, buscaram contrapor a versão oficial dos governos militares, expondo os crimes cometidos pela repressão e revelando as ações das organizações e partidos de oposição.

A partir do final da década de 1970 e ao longo dos anos seguintes⁶, uma série de biografias e autobiografias escritas e publicadas por ex-presos políticos e por integrantes de partidos, organizações e movimentos de resistência à ditadura civil-militar buscou evocar a memória dos presos políticos, exilados, mortos e torturados. Esses relatos procuraram construir uma interpretação dos acontecimentos daquele período, criando uma memória contrária à versão oficial, uma rememoração a contrapelo e em oposição à narrativa dos vencedores, como define Walter Benjamin (1994).

O objetivo deste artigo é apresentar e analisar uma entrevista realizada com o ex-militante da organização revolucionária Ação Popular (AP), jornalista, professor⁷

⁵ A entidade foi organizada a partir de 1985 na conjuntura da abertura política, a iniciativa pioneira coube a ex-presos políticos que sofreram com a tortura durante a ditadura (1964-1985) e familiares de mortos e desaparecidos, responsáveis pela fundação Grupo Tortura Nunca Mais/RJ. Posteriormente, passou a existir várias seções a nível estadual, passando a constituir-se enquanto um movimento social nacional que demandava a defesa dos direitos humanos, a denúncia e punição das práticas de tortura e seus autores, pelo esclarecimento das condições em que ocorreram mortes e desaparecimentos de pessoas opositoras à ditadura imposta pelos militares e apoiada pelos setores empresariais.

⁶ Exemplos disso são as obras *Resistir é preciso: memória do tempo da morte civil do Brasil* (1981), de Alípio de Freitas, e *Memória do esquecimento* (1999), de Flávio Tavares (Fico, 2004, p. 24-25). As obras *Em câmera lenta* (1977), de Renato Tapajós, e *O que é isso, companheiro?* (1979), de Fernando Gabeira, que faziam autocrítica à militância política na luta armada, todavia não deixavam de denunciar o terrorismo de Estado dos governos militares, sobretudo a prática da tortura contra presos políticos. Na década de 1980 foram lançadas as publicações *Batismo de Sangue* (1982), de Frei Betto, *Brasil: nunca mais* (1985), organizada por Dom Paulo Evaristo Arns, e *Combate nas trevas* (1987), de Jacob Gorender (Martins Filho, 2002, p. 178-187).

⁷ Docente aposentado da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

e político⁸ Emiliano José. A entrevista, realizada de forma online em duas sessões, foi concedida ao projeto de pesquisa: “A memória social da ditadura civil-militar na Bahia: do silenciamento à rememoração (1980–2016).” Mais especificamente, o propósito foi investigar, por meio da entrevista, a gênese da elaboração e a publicação do livro *Lamarca, o capitão da guerrilha*, lançado em 1980 por Emiliano José e Oldack Miranda, ainda durante o período da ditadura no Brasil.

Com essa pioneira publicação, os autores fizeram emergir e romperam com o silenciamento em torno da figura do militante político e guerrilheiro Carlos Lamarca, assassinado em setembro de 1971 pelos agentes dos órgãos de segurança e repressão política da ditadura. O livro apareceu no debate público, promoveu uma visibilidade do personagem e colocou em evidência a violência e o terror das ações de repressão política do Estado ditatorial na sanha de eliminar as organizações de oposição, recordando a Operação Pajussara e os assassinatos políticos dos militantes do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

2. Emiliano José – memórias da concepção e publicação do livro *Lamarca, o capitão da guerrilha* (1980)

Emiliano José destacou-se como pioneiro e protagonista no processo de reconstrução da memória sobre a ditadura na Bahia. Ele foi responsável por emergir memórias que durante a ditadura no Brasil haviam sido censuradas oficialmente ou silenciadas pelo medo imposto pelos órgãos repressivos. Entre 1980 e 2016, essas recordações foram reintroduzidas no debate público por meio de livros que reuniam depoimentos de testemunhas e protagonistas dos eventos históricos.⁹

⁸ Ele exerceu os seguintes mandatos políticos: deputado estadual pelo PMDB-BA (1988-1989), vereador de Salvador pelo PT-BA (2000-2002), deputado estadual pelo PT-BA (2003-2007) e deputado federal pelo PT (2009-2011).

⁹ Nesse intervalo foram publicadas as seguintes obras: *Lamarca: o capitão da guerrilha* (1980), em coautoria com Oldack Miranda; *Marighella, o inimigo número um da ditadura militar* (1997), *Galeria F - Lembranças do Mar Cinzento* (2000), *As asas invisíveis do padre Renzo* (2002), *Galeria F - Lembranças do Mar Cinzento - Segunda Parte* (2004), *Galeria F: Lembranças do Mar Cinzento: terceira parte* / Victor Meyer, *um revolucionário* (2008), *Galeria F: Lembranças do Mar Cinzento, quarta parte: golpe, tortura,*

Ele também foi contemporâneo de uma geração que atuou nas lutas de oposição à ditadura civil-militar, tanto no movimento estudantil, quanto na organização revolucionária Ação Popular (AP). Em 1970, foi preso pelos órgãos de repressão em Salvador, torturado e condenado, tendo cumprido pena na galeria F da Penitenciária Lemos de Brito:

Eu sou preso em novembro de 70 e saio no final de setembro de 74. Mas no dia 8 de dezembro eu saio da clandestinidade, 1970, eu estava preso, podia morrer, ninguém ia saber. Salvo por uma pichação, o pessoal de AP fez na cidade. Uma pichação: “libertem Emiliano”, a cidade ficou cheia. Até no filme de Edgard Navarro, “Eu me lembro”, essa pichação aparece, ele lembrou disso e tal. Neste dia, o cara que me conduziu ao inquérito, e eu, portanto, saí da clandestinidade. Porque quando você dá o depoimento na Polícia Federal, você sai da clandestinidade. Está dito que você está preso e documentado lá (José, 2022).

Depois de ser libertado em 1974, passou a atuar profissionalmente em diversos jornais. Além disso, dedicou-se ao levantamento de documentos e de memórias, a partir de entrevistas e depoimentos, publicando livros sobre os protagonistas da luta armada, personagens que foram presos, torturados ou assassinados pelos órgãos de repressão da ditadura. Desse trabalho de evocação de memórias, a primeira publicação em livro foi feita com o jornalista Oldack Miranda, intitulado *Lamarca: o capitão da guerrilha*, lançado em 1980 pela editora Global, na sua coleção *Passado & Presente*.

A obra foi lançada ao público leitor na Livraria Literarte, situada na Avenida Sete de Setembro, no centro da cidade de Salvador. No livro *Literarte: uma Livraria Fora da Ordem na Ditadura Militar* (2022), o jornalista Gonçalo Júnior relata que o lançamento de *Lamarca, o capitão da guerrilha* (1980) ocorreu em um contexto de medo diante da repressão política imposta pela ditadura e de ameaça de atentados de grupos de extrema-direita. Ainda assim, o evento público se configurou como um

verdade (2012) e *Galeria F - Lembranças do Mar Cinzento: A Última Clandestina em Paris e Outras Histórias* (2016).

ato de contestação ao regime e, principalmente, como um marco importante na história da Livraria Literarte:

Um dos marcos nesse sentido aconteceu em 21 de agosto, enquanto atentados incendiavam bancas de jornais de outras capitais, quando saiu *Lamarca – o capitão da guerrilha*, dos jornalistas Emiliano José e Oldack Miranda. Editado pela Global, o livro se tornou um marco na história da livraria e causou bastante incômodo nos quartéis, segundo Getúlio. Antes da sessão de autógrafos, os autores receberam ameaças de morte por telefone, e existia uma tensão no ar no sentido de cancelar ou não o evento, por causa do risco de uma bomba ter sido plantada na livraria ou ser jogada durante o lançamento.

Temia-se também uma invasão da Polícia Militar ou de agentes disfarçados que faziam parte da repressão, com espancamentos dos autores e dos convidados. Getúlio e Nildão, juntamente com Emiliano José e Oldack, dois ex-presos políticos que amargaram os porões da tortura na década anterior e muitos anos de prisão, decidiram não recuar. ‘O evento se transformou em um protesto contra o arbítrio’ (Júnior, 2022, p. 174).

Entre 1979 e 1980, grupos de militares de extrema-direita reagiram violentamente às medidas de abertura política do regime ditatorial, promovendo atentados, incêndios e ameaças contra instituições, espaços públicos e indivíduos. As bancas de jornais, especialmente as que vendiam publicações da imprensa alternativa, tornaram-se alvos frequentes desses ataques, vistos pelos radicais como instrumentos de "comunização" do país (Farias, 2022, p.361). Em Salvador, a banca Graúna, ligada à Livraria Literarte, recebeu uma ameaça de bomba em 1980, acompanhada de recortes sobre atentados semelhantes. Outras bancas também foram intimidadas, e algumas chegaram a suspender a venda de jornais alternativos por medo de novos ataques (Júnior, 2022, p. 158-162). Mesmo com as ameaças e o medo, o lançamento de *Lamarca, o capitão da guerrilha* ocorreu com um grande público, conforme rememorou Gonçalo Júnior sobre a noite de autógrafos:

As duas filas de autógrafos se alongaram por toda a galeria do Santo Amaro, e os autores autografaram 262 exemplares em poucas horas, o que transformou no maior lançamento da história da Literarte. ‘Contamos com a presença de vários políticos, jornalistas e do ex-governador Roberto Santos’, lembra Nildão. Tudo isso ocorreu com uma enorme tensão no ar. Oldack recordaria aquela noite como um momento especial na luta contra a ditadura, acima de tudo: ‘Em particular, Emiliano estava muito emocionado’ (Júnior, 2022, p. 174).

Identifica-se ainda que a obra teve ampla recepção por parte do público. Embora não seja possível determinar a quantidade exata de exemplares vendidos, outras evidências indicam um expressivo alcance entre os leitores. A primeira edição, lançada em agosto de 1980, esgotou-se rapidamente. Ao longo do mesmo ano, foram publicadas quatro edições, e a quinta chegou ao público em janeiro de 1981. Segundo relato de Emiliano José concedido em entrevista, o livro permaneceu por um ano entre os dez mais vendidos do país, de acordo com o ranking da revista *Veja*, chegando a ocupar, por um período, o primeiro lugar.

De fato, a publicação teve considerável repercussão nacional logo após o seu lançamento. Segundo o levantamento feito pelo historiador Flamarion Maués sobre os livros publicados por editoras consideradas de oposição à ditadura, *Lamarca, o capitão da guerrilha* ficou na lista das obras mais vendidas no país entre 1980 e 1981 (Maués, 2013. p. 50). Além de um número considerável de edições, com diferentes capas e contracapas, o livro passou por atualizações no seu texto ao longo do tempo, acrescentando novos esclarecimentos sobre os acontecimentos rememorados.¹⁰

O livro produzido pelos dois jornalistas Emiliano José e Oldack Miranda apresentava uma narrativa biográfica do guerrilheiro e ex-capitão do exército Carlos Lamarca, figura que ganhou relevo na resistência e oposição armada à ditadura civil-militar no Brasil. A publicação consistiu em um livro-reportagem. Essa designação diz respeito a um tipo de gênero jornalístico que envolve um tempo de investigação, elaboração e aprofundamento, distinto do caráter imediatista de matérias diárias publicadas em jornais e revistas. Tal tipo de produção geralmente aborda temas ou personagens do presente, envolve o trabalho de campo, com visitas *in loco* para averiguação dos acontecimentos, pesquisa bibliográfica ou de documentos e toma como fontes os depoimentos de testemunhas. As suas características fazem com que a narrativa do livro-reportagem constitua, muitas vezes, um dispositivo de evocação de memórias e, ao mesmo tempo, o seu veículo de difusão e visibilidade. Procuramos

¹⁰ A partir de 2004, a obra passou por atualizações que incluíram novas informações, correções em relação às edições anteriores e alteração da capa. Na 17ª edição, lançada em 2015, o livro foi revisado e ampliado, recebendo um novo formato editorial, com acabamento mais sofisticado, aumento do número de páginas (320), orelhas e uma nova capa e contracapa.

analisar o processo de publicação da obra de Emiliano José, também, como uma tarefa de evocação de memórias, ou seja, de um esforço relacional e intelectual de fazer emergir recordações no presente.

O depoimento oral está sustentado pela memória, pelo esforço intelectual de evocar o passado, de fazer lembrar de si mesmo, dos protagonistas dos acontecimentos ou das testemunhas deles. Isso implica reconhecer o caráter seletivo da rememoração, assim como sua inserção no contexto social, conforme a análise do historiador francês Henry Rousso:

A memória, para prolongar essa definição lapidar, é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de um fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional (Rousso, 2006, p. 94).

Para além do contexto do grupo social e de sua dimensão parcial, o estudo da memória deve considerar a conjuntura e a temporalidade histórica, bem como as circunstâncias do momento presente em que ocorre a recordação, a sua atualidade. Em outras palavras, além de ser socialmente reconstruída, a evocação da memória é também resultado de uma necessidade do tempo presente. Nos termos do sociólogo Maurice Halbwachs:

A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já tem alterada (Halbwachs, 2004, p.75-76).

Constata-se que as recordações são frequentemente reconstruídas conforme as circunstâncias do presente, sendo evocadas e expressas segundo as ideias em circulação na sociedade, bem como de acordo com as necessidades, interesses e condições dos grupos sociais no momento da rememoração. Isso significa reconhecer que não existe uma memória pura, impenetrável ou capaz de relatar integralmente as experiências do passado. Os fenômenos da memória envolvem aspectos como a seletividade do relato, influências de outras temporalidades, contaminações, afetos e interesses do tempo presente no processo de rememoração.

Em entrevista concedida, Emiliano José narrou a sua versão das circunstâncias que, em alguma medida, influenciaram a concepção do livro *Lamarca, o capitão da guerrilha* (1980), destacando, em primeiro lugar, a vivência da condição de preso político na Penitenciária Lemos de Brito, localizada em Salvador, entre 1970 e 1974:

Eu diria que o *Lamarca, o capitão da guerrilha* é filho daquele período sombrio, do período da ditadura, ele é filho da galeria F, ele é filho da prisão, portanto. Ele nasce, mesmo que eu não soubesse, ele nasce na galeria F, da Penitenciária Lemos de Brito. Eu estou dizendo mesmo que eu não soubesse, porque as coisas não são arrumadinhas e tudo nisso tem o inconsciente, que nossas memórias que vão surgindo, às vezes não tão racionais, digamos assim (José, 2022).

Na sua narrativa, ele expressou que certos acontecimentos, lugares e sujeitos com os quais conviveu na sua experiência de preso político foram marcantes para a sua memória, especialmente a figura do militante político Carlos Lamarca e a morte dele provocada pelos agentes da repressão na Operação Pajussara, em 1971. De acordo com o seu depoimento, no mesmo ano em que estava preso na Penitenciária Lemos de Brito, em Salvador, ele foi transferido, temporariamente, para a cidade de São Paulo, a fim de responder a um processo na Auditoria da Justiça Militar por sua militância em oposição à ditadura no estado. Na viagem de transferência realizada em uma aeronave militar, estavam presentes os policiais do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) paulista e de outros estados que participaram da Operação Pajussara, ação orquestrada pelos órgãos de repressão da ditadura contra os militantes do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e de caçada ao ex-capitão do Exército Carlos Lamarca, na região de Brotas de Macaúbas, interior da Bahia:

Eu então, agosto de 1971, sou chamado, Emiliano você vai viajar, um grito lá na porta. Arruma a mala que você vai viajar. Mala, eu juntei duas ou três peças de roupa, que eu não tinha quase nada de roupa lá. Aí o temor, o terror. Viajar para mim, parecia símbolo ou uma notícia de ir para São Paulo, se eu fosse. Eu estava temendo isto e cair nas mãos da OBAN, isso eu temia muito, evidentemente. [...] Então, me chamam, me botam no camburão, me algemam, vou lá atrás, eu não sabia o que ia acontecer, de repente, eu desembarco, sou tirado do camburão, me deparo com um avião militar na minha frente. Aí eles me levam para o avião, todo mundo lá já, os que

estavam ali no avião, eu deparo com um avião militar, por fora e por dentro. [...] E lá dentro, ninguém menos, entre tantos torturadores, do que Sérgio Paranhos Fleury, e Jesus Cristo. [...] Um dos mais cruéis torturadores da OBAN, e Fleury não preciso dizer. E eles tinham sido da primeira, por isso que estou falando o encontro com o Lamarca. Eles tinham sido da primeira equipe. Equipe é uma maneira de dizer. Milhares de homens, centenas e centenas, que foram para caçar o Lamarca, na primeira investida. [...] Aquilo me deixou arrasado, óbvio. [...] E eles durante toda a viagem, eles foram conversando sobre a caçada ao Lamarca lá. Assim, eu pegando coisas esparsas, mas sobretudo, captando a admiração e o medo deles diante do Lamarca. Admiração e medo. Porque eles não pegaram o Lamarca na primeira investida. [...] Então, por isso eu digo, ali eu me encontrei, ficou na minha mente, certamente o Lamarca (José, 2022).

Emiliano José relatou outros episódios marcantes em suas memórias de Carlos Lamarca. Um segundo momento destacado no seu depoimento, segundo ele, ocorreu quando se encontrava detido na cela de uma unidade militar do Exército, no Quartel do Ibirapuera, na capital paulista. Nessa ocasião, ele contou que teve contato com um engenheiro do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), que também estava detido, e com o preso político Diógenes Sobrosa de Souza. Este último havia atuado com Carlos Lamarca na guerrilha do Vale do Ribeira, no interior de São Paulo. O conflito ocorreu entre os militantes da organização, Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), os quais faziam treinamento na região, e militares das Forças Armadas, em 1970, conforme relatou Emiliano José:

Meu segundo encontro com Lamarca é eu numa minúscula cela, minúscula mesmo, nós estávamos eu e um engenheiro no quartel. [...] Comigo estava preso um engenheiro do ITA, o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, que eu não sei o nome, acho que nem perguntei, chorava muito, porque na minha visão ele realmente não tinha muita coisa a ver com a luta revolucionária. Mas naquele tempo muita gente caía às vezes por ter conversado com algum de nós, ele não tinha nada a ver, ele chorava. [...] Ali, então, a gente recebe a notícia da morte do Lamarca, e a revista *Veja* cai na mão desse engenheiro, com a capa e tudo da morte do Lamarca. Ao meu lado está, encontro, na cela ao lado, está Diógenes Sobrosa de Souza. Está aqui no meu livro, ele foi da guerrilha do Ribeira, com o Lamarca. Sujeito corajoso, correto, e que não vai aguentar. Ele foi um dos que, se eu me lembro bem, está aqui no livro, um dos que teriam matado o tenente no Vale do Ribeira. [...] Então, um duplo encontro, a notícia

da morte e o Diógenes, ali ao lado, uma figura importante (José, 2022).

Um terceiro momento relevante no qual a figura do militante de oposição à ditadura civil-militar, Carlos Lamarca, apareceu na vida de Emiliano José e que, em alguma medida, o afetou, fazendo parte das suas lembranças, foi depois do seu retorno, ainda em 1971, à Penitenciária Lemos de Brito, em Salvador. Na entrevista, Emiliano José destacou que foi nesse momento que se deu o encontro dele com Olderico Campos Barreto, na Galeria F, setor do estabelecimento prisional reservado aos presos políticos. Em agosto de 1971, Olderico havia sido baleado no rosto, torturado e preso na Operação Pajussara, ação de repressão da ditadura que tinha como alvo os militantes do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), como dissemos anteriormente, e que resultou nos assassinatos dos seus irmãos Otoniel Campos Barreto, José Campos Barreto (Zequinha) e do militante político e guerrilheiro Carlos Lamarca. Emiliano José atribuiu a esse contato e convívio com Olderico importância central na sua relação com a memória sobre Lamarca, mas também o associou a uma visão psicanalítica a respeito da questão:

Depois, eu vou encontrar o Lamarca, pela terceira vez, quando eu volto para a Bahia, para Galeria F. Quando volto, no final de 1971, para galeria F, eu encontro uma nova galeria F, bem diferente. Porque as portas tinham sido abertas. Até ali nós tínhamos cumprido pena, cada um em cada cela e ponto final. O tempo inteiro. Agora houve uma decisão de abrir as celas, daquele meio círculo da galeria F, vinte celas, abrir todas durante o dia e fechar durante à noite. [...] E aí eu me deparo com aquele cidadão, Olderico. Olderico, um camponês, um camponês típico. O Gramsci costuma dizer, ou diz nas obras dele, eu acho que nas Memórias dos Cárceres, onde tem as cartas e tudo. Que os camponeses são muito mais tranquilos nas prisões do que os intelectuais, por que esses sofrem pra burro, os camponeses não. Parece absurdo dizer isso, mas Olderico dizia, aqui é o período mais feliz da minha vida. Vai entender isso. Ali Olderico conviveu com uma intelectualidade, lá na cadeia. Intelectualidade não, essa pretensão acadêmica clássica, mas todos éramos, nós fazíamos cursos e mais cursos. [...] Então, Olderico, ele eu fui conhecendo. Ele lá pode estudar inglês, o Theodomiro dava aula de inglês pra ele. Pra ele era uma vida (termo incompreensível), ele nunca experimentaria na vida. E depois que ele saiu, ele dizia, foi período mais feliz da minha vida. Ele dizia isso mesmo. [...] Então, o Olderico apareceu ali. Mas se você perguntar se eu já pensava em fazer o Lamarca, não. Eu estou contando tudo pra mostrar, que um livro, para quem trabalha com memória, ele

não nasce assim. E olha que eu já tenho vários, né. Ele vai nascendo e o inconsciente cumpre um papel essencial nisso, vai acontecendo [...] (José, 2022).

Emiliano José foi libertado da prisão, recebendo o livramento condicional, no final de 1974 (Brasil, 1974). Inicialmente, trabalhou como professor de História em um cursinho pré-vestibular e, posteriormente, como jornalista em Salvador, momento em que teve a iniciativa de entrevistar seu antigo companheiro de prisão, Olderico Campos Barreto, acerca dos acontecimentos sucedidos em agosto e setembro de 1971, relativos à ação da repressão política da ditadura contra os seus opositores na Operação Pajussara, em Brotas de Macaúbas. A entrevista ocorreu entre 1978 e 1979:

Aí então, eu chamo Olderico, vamos gravar, e botei ele pra falar. Ele era ou é um excelente contar de história. [...] Aí eu fui atrás de Mariluce Moura. Agora o livro está ganhando história, corpo. [...] Ela, então, Mariluce, eu preciso da sua opinião. Com o que eu faço isso? Deixa aqui comigo. Deixei e voltei depois. Ela disse, nada de publicar entrevista, faça um livro sobre isso. Faça um livro sobre Lamarca. Tremi, mas disse, vou peitar. Eu era já um novato, veterano já, mas novato numa empreitada dessa, fazer um livro (José, 2022).

Foi nessa conjuntura que ocorreu a publicação de uma reportagem na revista *Isto é*, com o título: *As emoções de Lamarca*, assinada por Emiliano José e as jornalistas Mariluce Moura e Mônica Teixeira.¹¹ No relato de Emiliano José:

Mônica diz, Emiliano, vamos publicar uma matéria grande na *Isto é*, por exemplo, sobre Lamarca. Nós já tínhamos andado nas pesquisas, 1979, segundo semestre, chegada de Arraes ao Brasil. Aí é fácil de localizar. Eu fui a Recife pra chegada dele. Eu estive lá e tudo. Eu falei, mas a gente fala antes, e aí ela falou, besteira, tem que botar na rua, e aí já chama pro livro. Aí saiu uma matéria grande, de umas 8 páginas, chamada *As emoções do Lamarca*, na *Isto é*, matéria grande (José, 2022).

¹¹ O contexto de publicação da entrevista era do processo designado de abertura política, lenta, gradual e segura, iniciada no governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979) e continuada com seu sucessor, o general João Batista Figueiredo (1979-1985), momento marcado por uma linha de ambiguidade, entremeado com medidas de repressão dos órgãos de segurança, com perseguições aos opositores e, ao mesmo tempo, de descompressão do Estado autoritário, de acordo com Renato Lemos (2018). Por isso, foi possível o lançamento, na esfera pública, de narrativas de memória e relatos dos opositores que, até então, encontravam-se marcados pela censura e interditos, havendo a supressão da censura prévia aos órgãos de imprensa e revogação do Ato Institucional N° 5, em 13 de outubro de 1978.

Posteriormente à publicação na revista *Isto é*, desenvolveu-se o projeto de elaboração do livro, com a participação do jornalista Oldack Miranda:

Logo depois as duas meninas não aguentaram mais seguir adiante. Quer dizer, é muito choro, é muita lágrima. As coisas estavam absolutamente vivas, a ditadura não tinha acabado não. Era muito sofrimento, fazer aquele livro não era fácil não. Eu já estava com o couro mais grosso, diria. Mas eu não queria fazer esse livro sozinho. Por que razão? Talvez, pelo temor mesmo, botar a cara na rua sozinho. Não sei. Aí eu chamei Oldack, muito amigo, vamos terminar comigo esse livro. Boa parte da pesquisa estava na mão. Ele ainda foi, pegou o carro e foi a Brotas de Macaúbas de novo (José, 2022).

Os relatos e as memórias dos opositores antes censurados, proibidos e ocultados começaram a se insurgir e ganhar o espaço público, disputando com os representantes da ditadura, que agiam no intuito de silenciar e fazer esquecer. Na referida publicação, Emiliano José e Oldack Miranda rememoravam e apresentavam a trajetória de vida, a atuação profissional, a militância política e o assassinato de Carlos Lamarca, uma narrativa biográfica. Além disso, promoviam uma visibilidade do guerrilheiro como um revolucionário disciplinado e indignado com as injustiças sociais presentes no Brasil, um homem preocupado com os filhos e a família, apaixonado pela companheira e militante política Iara Lavelberg, definindo, assim, um perfil de forma a humanizar o personagem biografado na publicação.

O livro rompia com o silenciamento sobre a vida e trajetória de militância do líder guerrilheiro Carlos Lamarca, militar das Forças Armadas brasileiras que desertou do Exército em 1969, ingressou na luta armada contra a ditadura, atuando em diferentes organizações que defendiam as ações de guerrilha. Ao mesmo tempo, procurava passar a limpo o que fora dito, escrito e exposto pelos meios oficiais dos governos militares sobre Carlos Lamarca que o definiam como um “terrorista”, “subversivo”, “assaltante de banco” e um “bandido perigoso”, adjetivos empregados para desqualificar os militantes opositores, consoante os conceitos oriundos da Doutrina de Segurança Nacional e sua noção de “inimigo interno” (Moreira Alves, 2005). Além disso, a publicação ainda evocava uma memória crítica, enfatizava e denunciava a violência da repressão política dos governos militares, com as suas prisões, torturas e assassinatos dos opositores do regime de exceção.

A obra, elaborada a partir de relatos de memória e documentos produzidos à época, narrava, ainda, que, na localidade rural de Buriti Cristalino, município de Brotas de Macaúbas, em 1971, a Operação Pajussara foi responsável por práticas de tortura e assassinatos, por impor um clima de medo e terror à população local, composta, sobretudo, por trabalhadores rurais. Na primeira incursão das forças de segurança da ditadura, em agosto de 1971, Otoniel Campos Barreto foi morto pelos agentes da repressão; Luiz Antônio Santa Bárbara teria cometido “suicídio”, sucedendo-se as prisões e a submissão à tortura de Olderico Campos Barreto e de seu pai, José Araújo Barreto. Tal operação encerrou-se em uma segunda fase, desenvolvida a partir de setembro de 1971, com um contingente menor de agentes militares e policiais e com a colaboração de autoridades e guias locais, de modo que obtiveram a localização de Carlos Lamarca e, em seguida, assassinaram-no, assim como a José Campos Barreto (Zequinha), na localidade de Pintadas, município de Ipupiara, vizinho a Brotas de Macaúbas.

Não obstante o sucesso do lançamento e de venda do livro *Lamarca, o capitão da guerrilha*, a memória evocada de Carlos Lamarca e da repressão da ditadura não deixou de causar polêmicas e conflitos. Em entrevista, Emiliano José nos informou duas situações de embates e controvérsias, envolvendo o major do Exército Milton Cerqueira e a viúva do falecido militante político do MR-8:

Sobre Lamarca teve muita coisa publicada, sempre de alguma forma favoravelmente. Eu fiquei até famoso. O livro me fez ganhar uma expressão que não tinha. Não houve dificuldade não. Agora, bom, claro, o Milton Cerqueira me esculhambou, o cara que matou Lamarca. E teve um episódio curioso, que a mulher, a viúva do Lamarca nos processou (José, 2022).

Na versão oficial dos órgãos de segurança da ditadura, presente no relatório da Operação Pajussara, o então major Milton Cerqueira foi o responsável por chefiar a equipe militar e policial que executou Carlos Lamarca, em 17 de setembro de 1971, no município de Ipupiara. Na versão do citado documento, os opositores do governo eram “terroristas”, e a operação contribuiu para eliminar os militantes políticos do MR-8 (Brasil, 1971). O livro de Emiliano José e Oldack Miranda apresentava, por sua vez, uma outra visão sobre os acontecimentos, contraposta à versão oficial dos

agentes da repressão política da ditadura. Desse modo, a publicação, de forma pioneira, rompia com o silenciamento imposto e rememorava a figura de Carlos Lamarca e as lutas de oposição à ditadura, questões que haviam sido objeto de interdição pública no passado recente.

De fato, a obra causou uma certa animosidade por parte dos agentes da ditadura. Um documento oficial produzido pelo Centro de Informações do Exército (CIE), datado de 10 de outubro de 1980, à época considerado de caráter confidencial, apresentava uma série de alegações acerca do conteúdo do livro. A citada fonte tinha como assunto: “Livro Lamarca, o capitão da guerrilha” e foi difundida para os demais órgãos de informação e vigilância montados pela ditadura, como o Serviço Nacional de Informações (SNI), o Centro de Informações da Marinha (Cenimar), o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) e o Departamento de Polícia Federal (DPF), identificando os autores como ex-militantes da APML¹², os quais eram designados como “condenados por atividades subversivas” (Brasil, 1980), e a editora Global como responsável pela publicação e distribuição.

Os redatores do documento teciam uma série de comentários sobre a obra, como uma espécie de resenha, comentando capítulo por capítulo e apontando o que consideravam equívocos presentes na publicação. Na avaliação dos agentes da ditadura, o livro de Emiliano José e Oldack Miranda consistia em: “uma obra facciosa, visando exclusivamente exaltar a figura de LAMARCA (sic), como ‘justiceiro’; pai dedicado e amoroso; homem apaixonado (por uma ‘transeira’); o revolucionário em busca de uma saída para o povo” (Brasil, 1980). Mais adiante, em outra passagem do documento, afirmava-se sobre os autores da publicação:

Assim, fizeram um trabalho a partir de estórias de ouvir dizer, em consequência contém erros gritantes, alguns talvez propositalmente contados pelo próprio LAMARCA (sic), que seguidores fizeram circular por toda a esquerda (Brasil, 1980).

Ao acompanharmos o processo de abertura política e de transição capitaneada pelos militares nos anos finais da ditadura, entre o final da década de 1970 e início de 1980, observa-se que, da parte dos oficiais das Forças Armadas

¹² Ação Popular Marxista-Leninista (APML).

responsáveis pelos órgãos de repressão política aos opositores, pairou o silêncio oficial e a pretensão de fazer esquecer o passado recente, em especial as graves violações de direitos humanos, crimes de lesa humanidade cometidos pelos agentes do Estado ditatorial. Entretanto, quando houve pronunciamentos públicos oficiais dos partícipes da ditadura, foi no sentido de negação da repressão política organizada, de minimização das práticas de tortura, dos assassinatos dos opositores e dos desaparecimentos forçados, argumentando que se tratavam de situações pontuais, e não de uma política institucionalizada, sistemática e de uma ação estratégica de perseguição e eliminação dos opositores.

A partir da década de 1980, segundo João Roberto Martins Filho (2002), ganharam evidência as memórias de alguns militares que, por sua vez, procuraram refutar as publicações e os depoimentos dos antigos militantes políticos opositores da ditadura. Na leitura dos militares, os ex-militantes das organizações e partidos de oposição clandestinos esforçavam-se para vencer no debate narrativo, no campo da reconstrução de memórias, contra os órgãos de repressão do Estado. Os militares que se manifestaram em entrevistas, depoimentos e textos, por sua vez, expressaram o desejo de esquecimento do período e trataram as publicações memorialísticas dos ex-militantes como revanchistas e inoportunas:

Em contraste, quando instados a falar, os oficiais das Forças Armadas, principalmente os que têm ou tiveram responsabilidades institucionais, insistem na necessidade de “virar a página” da história e pensar no futuro - em prol da concórdia nacional e do bom nome de suas corporações (Martins Filho, 2002, p.179).

Na ótica desses militares, mas não só deles, incluindo também as lideranças políticas civis e setores das classes dominantes do país, a Lei da Anistia, aprovada em agosto de 1979, representou um suposto “consenso nacional”. Nessa perspectiva, a rememoração da repressão política da ditadura civil-militar por parte dos militantes de organizações e partidos de esquerda, com a denúncia das vítimas de perseguições políticas, das práticas de sequestros, de tortura física e psicológica, de assassinatos políticos e desaparecimentos forçados dos opositores, representaria uma violação aos princípios e espírito da lei. Assim, nesse entendimento, a legislação devia instituir um silenciamento e esquecimento das ações de Terrorismo de Estado.

Contudo, o que se verificou foi um crescente aumento de publicações, fazendo com que as memórias que antes foram objetos de censura e impedimento, que se mantiveram subterrâneas, fossem abordadas publicamente. Portanto, em contraposição ao passado de silenciamento, ocorreu a emergência de uma rememoração da parte daqueles que participaram das lutas de resistência e oposição. Por meio da publicação de livros com depoimentos de testemunhas e evocação da memória, eles trouxeram à baila a rememoração da luta armada e seus protagonistas, além de denúncias das graves violações de direitos humanos por parte dos agentes do Estado autoritário montado pela ditadura.

A situação do processo judicial citado anteriormente, acionado por Maria Pavan, viúva de Carlos Lamarca, contra os autores do livro, segundo nos informou em depoimento Emiliano José, estava relacionada à questão da exposição da vida pessoal do ex-marido. A publicação refere-se ao relacionamento que ele teve com a também militante do MR-8, assassinada pela repressão da ditadura em 1971, em Salvador, Lara Lavelberg:

[...] Ela considerava que não se devia falar na amante do Lamarca. Mas se você observar, o tratamento que nós damos a uma e a outra, tem carinho, tem atenção, até nos títulos, até nisso nós fomos cuidadosos. Não queria trair Maria, amava Lara, título. Então, era uma coisa que nós tratamos com zelo, mas com a verdade também, porque ele apaixonou-se, ela foi pra Cuba e ele apaixonou-se pela Lara. Isso nós contamos ao longo do livro, com muito... Não entramos naquela barca de que ele era um coitadinho, ela era um grande quadro. Nós explicamos isso com muito cuidado, porque verdadeiro, Lamarca um cara aquilhado, que foi compreendendo rapidamente, teoricamente as coisas. Não estou dizendo que não cometeu erros, evidentemente cometeu erros, naquele racha. Aí a tragédia da esquerda armada [...] (José, 2022).

Ao mesmo tempo em que prestava reconhecimento a Carlos Lamarca, evocando sua trajetória e memória como militante político e guerrilheiro contra a ditadura no Brasil, o livro aborda um aspecto sensível de sua vida para a família: seu relacionamento extraconjugal. Ainda que esse fato já fosse conhecido. Trata-se de um elemento conflituoso na construção da memória do personagem, especialmente para a familiar Maria Pavan, com quem ele foi casado. Depreende-se que, no tocante à vida privada de Carlos Lamarca, ela preferia que esse aspecto não fosse lembrado,

talvez esquecido, ou ao menos não tornado público, de forma a não ganhar visibilidade social nem ser registrado para a posteridade.

Na versão de Emiliano José, apesar da controvérsia e do processo, a iniciativa não seguiu adiante pela intermediação do advogado Luiz Eduardo Greenhalg, com uma contemporização entre as partes envolvidas. Na entrevista concedida, ele declarou:

E esse processo dela contra nós, o nosso Luiz Eduardo Greenhalg, que foi advogado dela, acabou fazendo contato comigo, negociando e contemporizando, porque ele, evidentemente, sabia que não cabia. A quem eu respondi com muito cuidado a ela. Eu disse, nós é que colocamos Lamarca na cena nacional, do jeito que colocamos, que até ali ele estava na cena nacional como terrorista. Nós tivemos a ousadia, em 1980, de recuperar a memória dele para a nação brasileira, verdadeiramente, com muita coragem da nossa parte. E eu digo a você com tranquilidade, eu não tinha medo nenhum de enfrentar aquilo, porque eu já tinha enfrentado barra muito mais pesada, admitia a possibilidade ser preso, admitia, mas aí eu não tinha nada a esconder e toparia isso. Eu peitei mesmo e Oldack também. Nós não estamos com medo! Agora é uma conjuntura muito difícil, era 80, só em 85 vai terminar a ditadura, né. Aí negociou-se, o processo deu em nada [...] (José, 2023).

Temos aqui a versão apresentada no relato de memória pelo entrevistado, que destaca sua coragem ao abordar a história do personagem e o papel da obra na rememoração do biografado, ao trazer sua memória para a cena pública e se contrapor a tudo o que foi dito, escrito e propagado à sociedade sobre Carlos Lamarca como um terrorista durante a ditadura. Contudo, não foi possível obter a posição da outra parte envolvida na querela. De todo modo, o que se percebe é que a evocação da memória de Carlos Lamarca constituía uma questão delicada, ainda permeada por afetos de parte da família, especialmente no que diz respeito à resistência em lembrar seu relacionamento amoroso extraconjugal. A memória de Carlos Lamarca rompia com o silêncio e a interdição no espaço público que haviam prevalecido desde seu assassinato pelos agentes da ditadura, em 1971. No entanto, ao ser compartilhada e tornar-se visível, assumia uma dimensão problemática e sensível.

3. Considerações finais

A partir das memórias evocadas por Emiliano José foi possível compreender como determinadas vivências marcaram sua trajetória e influenciaram a elaboração de uma obra sobre a vida de um dos sujeitos mais perseguidos pela ditadura: Carlos Lamarca. Em suas recordações, destacam-se sua experiência como preso político nos cárceres do regime, o contato com agentes da repressão e com outros militantes também encarcerados (em especial Olderico Campos Barreto), relações que foram fundamentais e o levaram, já em liberdade, a rememorar, escrever uma reportagem e publicar o livro *Lamarca, o capitão da guerrilha* (1980).

Além dos acontecimentos que influenciaram a concepção do livro, observa-se o processo de produção da obra, bem como certos desdobramentos conflituosos ocorridos após seu lançamento, em razão do teor da publicação e do personagem retratado. Na entrevista com Emiliano José, identifica-se que o livro causou incômodo ao oficial do Exército Milton Cerqueira, responsável direto pela execução de Carlos Lamarca no sertão da Bahia, aspecto que também se estendeu à instituição das Forças Armadas, a qual, em documentação oficial, tentou desqualificar a obra por rememorar a trajetória do militante da organização revolucionária MR-8 e opositor da ditadura. Além disso, por abordar uma memória sensível para a ex-esposa de Lamarca, foi movido um processo judicial contra os autores, devido a abordagem e a exposição da relação amorosa entre Carlos Lamarca e a militante política do MR-8, Iara Lavelberg.

O livro *Lamarca, o capitão da guerrilha* evocou a memória e narrou a trajetória política de Lamarca e da experiência da luta armada, desenvolvida por organizações e partidos que defendiam a guerrilha como estratégia de enfrentamento e oposição à ditadura civil-militar e de uma transformação revolucionária da sociedade brasileira. Mas não só: ele fez romper com o silenciamento que a censura oficial havia imposto acerca do assunto em anos anteriores à publicação com o consequente esquecimento dos acontecimentos.

A publicação fazia emergir, a partir dos relatos dos testemunhos, uma “memória subterrânea” (Pollak, 1989) a contrapelo da história oficial das Forças

Armadas e em disputa com representantes e agentes da ditadura (Benjamin, 1994). O livro em questão pode ser considerado, ainda, como parte de um primeiro movimento de emergência de memórias, iniciado na conjuntura do processo de “abertura política” com as medidas de descompressão do regime autoritário entremeadas com ações de violência e repressão política dos órgãos de segurança.

Referências

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda. “História, memória e esquecimento: implicações políticas”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, [s.l.], n. 79, p. 95- 111, 2007. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/79/RCCS79-095-111-MPNascimento-MSepulveda.pdf>. Acesso em: 15 de jun. de 2025.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Ensaaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas. Vol.1. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional: O poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

FARIAS, José Airton de. A extrema-direita explosiva: Anticomunismo e atentados na abertura da ditadura civil-militar. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 28, n. 2, p. 351-375, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/36282>>. Acesso em: 16 de jun. de 2025.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FICO, Carlos. *Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

HALBWACHS, Maurice. *Los marcos sociales de la memoria*. Barcelona: Anthropos Editorial, 2004.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Os impedimentos da memória. *Estudos Avançados*, 34 (98), janeiro-abril. p. 201-217, 2020. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ea/a/NHCHy6vFnHnBxdP3vnmLZ8v/?lang=pt>>. Acesso em: 17 de jul. de 2025.

JUNIOR, Gonçalo. *Literarte: uma livraria fora da ordem na ditadura militar*. São Paulo: Noir Editora, 2022.

JELIN, Elizateth. *Los trabajos de la memoria*. 2ª. ed. Lima, IEP, 2012.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003, p.419-476.

MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Varia História*. Belo Horizonte. N° 28. p.178-201. Dezembro. 2002. Disponível em: <http://www.variahistoria.org/s/10_Filho-JoaoRoberto-Martins.pdf>. Acesso em: 15 de out. de 2023.

MAUÉS, Flamarion. *Livros contra a ditadura: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984*. 1ª. Edição. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

NAPOLITANO, M. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, [S. l.], v. 8, n. 15, p. 9–44, 2015. Disponível em:<<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/23617>>. Acesso em: 20 jul. de 2023.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: Edusc, 2005.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, p.3-15, 1989.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François. Campinas. Editora da UNICAMP, 2007.

ROUSSO, Henry. *A memória não é mais o que era*. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 93–101.

Fontes:

BRASIL. *Informe N° 174S/102-A11/CIE*. Assunto: Livro sobre Carlos Lamarca. Centro de Informações do Exército (CIE). Brasília - DF, 28 de julho de 1980. Disponível em:<http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/80009390/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_80009390_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 04 de abr. 2023.

BRASIL. Informação N° 761/S-102-A11/CIE. Assunto: Livro “Lamarca” – o capitão da guerrilha. Centro de Informações do Exército (CIE). Brasília - DF, 14 de outubro de 1980. Disponível em:
<http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/80011407/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_80011407_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 04 de abr. 2023.

BRASIL. *Operação Pajussara (relatório - 1971)*. Ministério do Exército. IV Exército. 6ª Região Militar. Quartel General. 2ª seção. Salvador, 30 de setembro de 1971. Disponível em:
<http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/71041397/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_71041397_d0002de0002.pdf>. Acesso em: 15 de maio. 2023.

BRASIL. Informação N° 817/E2. Assunto: Emiliano José da Silva Filho. Ministério do Exército. IV Exército. 6ª Região Militar. 2ª seção. Salvador-Ba, 7 de outubro de 1974. Disponível em:
<http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ppp/82004544/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ppp_82004544_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 15 de maio. 2023.

JOSÉ, Emiliano. Salvador, dezembro de 2022 e janeiro de 2023. Entrevistador: Edson Silva. Concedida para o projeto de pesquisa “A memória social da ditadura civil-militar na Bahia: do silenciamento a rememoração (1980-2016)”.

JOSÉ, Emiliano; MIRANDA Oldack de. *Lamarca: o capitão da guerrilha*. 1. Ed. São Paulo: Global, 1980.

Artigo recebido em: 05/02/2025.

Aprovado para publicação em: 13/08/2025.